RBGDR

PROTAGONISMO FEMININO E POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ (TERPAZ)

WOMEN'S PROTAGONISM AND TERRITORIAL PUBLIC POLICIES: AN ANALYSIS OF THE TERRITORIES FOR PEACE PROGRAM (TERPAZ)

RBGDR

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
V.22, N°4, Edição Especial 2026 | Taubaté/SP - Brasil | ISSN 1809-239x

PROTAGONISMO FEMININO E POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ (TERPAZ)

WOMEN'S PROTAGONISM AND TERRITORIAL PUBLIC POLICIES: AN ANALYSIS OF THE TERRITORIES FOR PEACE PROGRAM (TERPAZ)

Marisa Elenice Silva Lima[1] | Fabia Jaqueline Miranda Nobre[2]
Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos[3] | Maria Betânia de Carvalho Fidalgo Arroyo[4]
Cacilene Moura Tavares[5]

Recebimento: 29/01/2026
Aceite: 29/09/2026

[1] Doutoranda em Administração (UNAMA).
Professora da Universidade da Amazônia.
Belém – PA, Brasil.
E-mail: marisalima23@hotmail.com

[2] Doutora em Administração (UNAMA).
Professora da Universidade da Amazônia.
Belém – PA, Brasil.
E-mail: fabiajami@hotmail.com

[3] Doutora em Estudos do Desenvolvimento (UWS).
Professora da Universidade da Amazônia.
Belém – PA, Brasil.
E-mail: anamaria.vasconcellos@unama.br

[4] Doutora em Administração (UNAMA).
Professora da Universidade da Amazônia.
Belém – PA, Brasil.
E-mail: betania.fidalgo@unama.br

[5] Doutora em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA).
Professora da Universidade da Amazônia.
Belém – PA, Brasil.
E-mail: kassymoura74@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa o protagonismo feminino no âmbito do Programa Territórios pela Paz (TerPaz), política pública territorial integrada implementada no Estado do Pará, voltada à promoção da segurança cidadã e à redução das desigualdades sociais em territórios marcados por elevada vulnerabilidade. O objetivo do estudo consistiu em compreender de que maneira a atuação das mulheres contribui para a implementação das políticas públicas territorializadas, o desenvolvimento territorial e o fortalecimento das redes de proteção social. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental e em observação participante. A pesquisa documental compreendeu a análise de documentos institucionais, relatórios de gestão, registros administrativos e dados de atendimentos das Usinas da Paz (UsiPaz), enquanto a observação participante decorreu da atuação da autora na concepção e implementação inicial do programa, possibilitando contextualizar e interpretar os processos institucionais analisados. O estudo foi ancorado em referenciais teóricos sobre território, políticas públicas, desenvolvimento territorial, segurança cidadã e gênero. Os resultados indicam que as mulheres constituem o principal público atendido pelas UsiPaz e que sua atuação, evidenciada nos documentos institucionais e na observação participante, ultrapassa a condição de usuárias dos serviços, manifestando-se na mobilização comunitária, na mediação entre Estado e sociedade, na articulação das redes de proteção social e na promoção de iniciativas voltadas ao fortalecimento da cidadania e do desenvolvimento territorial. Conclui-se que a atuação feminina representa elemento relevante para a implementação do TerPaz, reforçando a importância da incorporação transversal da perspectiva de gênero no planejamento, na gestão, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas territorializadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Território; Protagonismo Feminino; Segurança Cidadã; Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

This article analyzes women's protagonism within the Territories for Peace Program (TerPaz), an integrated territorial public policy implemented in the State of Pará, Brazil, aimed at promoting citizen security and reducing social inequalities in territories marked by high vulnerability. The study sought to understand how women's actions contribute to the implementation of territorialized public policies, to territorial development, and to the strengthening of social protection networks. Methodologically, a qualitative approach was adopted, based on bibliographic and documentary research and on participant observation. The documentary research comprised the analysis of institutional documents, management reports, administrative records, and service data from the Usinas da Paz (UsiPaz), whereas participant observation derived from the author's involvement in the design and initial implementation of the program, which made it possible to contextualize and interpret the institutional processes analyzed. The study was anchored in theoretical frameworks on territory, public policy, territorial development, citizen security, and gender. The results indicate that women are the main group served by the UsiPaz and that their role, as evidenced in the institutional documents and in participant observation, goes beyond that of service users, manifesting itself in community mobilization, in mediation between the State and society, in the coordination of social protection networks, and in the promotion of initiatives aimed at strengthening citizenship and territorial development. It is concluded that women's actions are a relevant element in the implementation of TerPaz, which reinforces the importance of mainstreaming the gender perspective in the planning, management, monitoring, and evaluation of territorialized public policies.

Keywords: Public Policies; Territory; Women's Protagonism; Citizen Security; Territorial Development.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais e territoriais no Brasil constituem um traço estrutural do processo histórico de formação econômica, social e espacial do país. A concentração de renda, o acesso desigual a bens e serviços públicos e a distribuição assimétrica de oportunidades entre regiões e entre diferentes porções do espaço urbano e rural refletem um modelo de desenvolvimento marcado por profundas disparidades. Essas desigualdades manifestam-se de forma mais intensa nos territórios periféricos, onde a fragilidade da presença estatal contribui para a reprodução de vulnerabilidades sociais, violência e exclusão, comprometendo as condições de vida da população.

Nesse contexto, as políticas públicas territorializadas assumem papel estratégico na promoção do desenvolvimento regional e na redução das desigualdades socioespaciais. Ao reconhecerem o território como espaço socialmente produzido, constituído por relações econômicas, políticas, culturais e comunitárias, essas políticas buscam superar intervenções setoriais fragmentadas por meio da articulação entre diferentes áreas governamentais, como segurança pública, assistência social, saúde, educação, cultura e trabalho. Essa perspectiva favorece a ampliação do acesso a direitos, o fortalecimento das redes de proteção social e a promoção do desenvolvimento territorial.

É nesse cenário que se insere o Programa Territórios pela Paz (TerPaz), política pública intersetorial implementada pelo Governo do Estado do Pará com o objetivo de promover a segurança cidadã e reduzir vulnerabilidades sociais em territórios prioritários. O programa fundamenta-se na integração de políticas públicas e na ampliação da presença estatal por meio da implantação das Usinas da Paz (UsiPaz), equipamentos públicos destinados à oferta articulada de serviços sociais, educacionais, esportivos, culturais e de cidadania.

Entre os diferentes sujeitos envolvidos na implementação das ações do TerPaz, destaca-se a expressiva participação das mulheres, seja como profissionais responsáveis pela execução das políticas públicas, seja como lideranças comunitárias, seja como usuárias dos serviços ofertados. Embora os registros administrativos evidenciem elevada participação feminina nas atividades desenvolvidas pelo programa, compreender o significado dessa presença exige ultrapassar a dimensão quantitativa, considerando também as formas de atuação descritas nos documentos institucionais e discutidas pela literatura sobre gênero, políticas públicas e desenvolvimento territorial.

Sob essa perspectiva, o protagonismo feminino é compreendido, neste estudo, como uma categoria analítica relacionada à atuação das mulheres nos processos de implementação, mediação e fortalecimento das redes de proteção social nos territórios, e não apenas à sua maior participação entre os usuários do programa. Essa abordagem permite analisar de forma mais abrangente as contribuições das mulheres para a implementação das políticas públicas territorializadas, evitando inferências baseadas exclusivamente em indicadores quantitativos.

Diante desse contexto, o estudo buscou responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira a atuação das mulheres no âmbito do Programa Territórios pela Paz contribui para o desenvolvimento territorial, o fortalecimento das redes de proteção social e a implementação das políticas públicas nos territórios atendidos?

O objetivo geral consistiu em analisar de que maneira a atuação das mulheres no Programa Territórios pela Paz contribui para o desenvolvimento territorial, o fortalecimento das redes de proteção social e a implementação das políticas públicas nos territórios atendidos.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) contextualizar o Programa TerPaz como política pública territorial integrada; (ii) identificar as formas de atuação das mulheres na implementação das ações desenvolvidas pelo programa; (iii) analisar os registros administrativos e os documentos institucionais referentes ao perfil dos atendimentos e à participação feminina; e (iv) discutir as contribuições e os limites da atuação das mulheres para o desenvolvimento territorial e para a implementação das políticas públicas.

O artigo está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução, além das referências. A segunda apresenta o referencial teórico, abordando os conceitos de território, políticas públicas, desenvolvimento territorial e gênero. A terceira descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quarta contextualiza o Programa TerPaz, destacando seus objetivos e eixos de atuação. A quinta apresenta os resultados da análise documental e dos registros administrativos relativos à atuação das mulheres no programa e os discute à luz do referencial teórico. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os principais achados, as limitações do estudo e as recomendações para pesquisas futuras e para o aprimoramento das políticas públicas territorializadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A INTERSEÇÃO ENTRE TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O território constitui uma categoria analítica central para a compreensão das políticas públicas e dos processos de desenvolvimento, na medida em que expressa não apenas uma delimitação físico-administrativa, mas também uma construção social historicamente produzida a partir das relações de poder, das práticas sociais e dos usos diferenciados do espaço. Conforme Raffestin (1993), o território é resultado da ação dos atores sociais sobre o espaço, configurando-se como expressão de dominação, apropriação e mediação política.

Nesse sentido, "o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático" (Raffestin, 1993, p. 143), evidenciando seu caráter relacional e político. A partir dessa perspectiva, o território materializa conflitos, disputas e cooperações, refletindo as correlações de forças que estruturam a sociedade em determinado momento histórico.

Santos (1999) aprofunda essa análise ao introduzir a noção de território usado, compreendido como o espaço vivido e apropriado socialmente, no qual se articulam sistemas de objetos e sistemas de ações. Para o autor, o território corresponde ao "chão mais a identidade" (Santos, 2000, p. 96), sendo indissociável das práticas cotidianas, das relações econômicas, políticas e culturais e das formas de reprodução da vida social. Tal concepção permite compreender que as políticas públicas não incidem de maneira homogênea sobre o espaço, mas produzem efeitos diferenciados conforme as dinâmicas territoriais, os sujeitos envolvidos e as infraestruturas existentes.

A organização do território reflete, contudo, as desigualdades estruturais do desenvolvimento capitalista, caracterizado por processos seletivos de investimento, concentração de recursos e produção de assimetrias regionais e intraurbanas. Corrêa (2003) destaca que o espaço geográfico resulta de processos históricos que privilegiam determinados lugares em detrimento de outros, reforçando desigualdades socioespaciais. Com isso, o desenvolvimento territorial ocorre de forma desigual e combinada, sendo condicionado por decisões políticas, econômicas e institucionais que definem onde, como e para quem as políticas públicas se materializam.

É nesse contexto que o Estado assume papel central como mediador das desigualdades territoriais, por meio da formulação e da implementação das políticas públicas. Tais políticas podem ser compreendidas como o conjunto de ações, programas e decisões adotados pelo Estado para responder às demandas sociais e intervir na realidade econômica, social e territorial (Souza, 2006).

Com base na concepção de diversos autores, é possível compreender de forma mais específica o significado de políticas públicas. Para Dye (1984, p. 1), política pública é "aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer", o que evidencia seu caráter seletivo e político. No entendimento de Peters (1986) e de Höfling (2001), essas ações influenciam diretamente a vida dos cidadãos, podendo tanto reproduzir quanto mitigar desigualdades sociais e territoriais.

Quando orientadas por uma abordagem territorializada e intersetorial, as políticas públicas assumem caráter estruturante, ao incidirem de forma contínua sobre as condições de vida da população e sobre a organização do espaço. Diferentemente de ações pontuais ou compensatórias, as políticas públicas estruturantes atuam na conformação da infraestrutura social e institucional dos territórios, criando bases duradouras para o desenvolvimento social e territorial. Essa infraestrutura

compreende a disponibilidade de equipamentos e serviços nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, mobilidade, trabalho e segurança, fundamentais para a ampliação do acesso a direitos e para o fortalecimento das redes de proteção social.

Santos (2006) ressalta que as infraestruturas não são neutras, mas seletivas, resultando de escolhas políticas que favorecem determinados grupos sociais e territórios. Assim, a implantação de equipamentos públicos redefine fluxos, centralidades e hierarquias espaciais, podendo promover processos de integração territorial quando orientada por critérios de equidade e justiça social (Corrêa, 1997). Nesse sentido, a presença qualificada do Estado no território constitui elemento fundamental para a redução das desigualdades socioespaciais e para a promoção do desenvolvimento territorial.

A segurança cidadã insere-se nesse debate como dimensão indissociável do desenvolvimento territorial, ao articular ações de prevenção da violência, proteção social e promoção de direitos. Diferentemente de abordagens repressivas centradas exclusivamente no controle penal, a segurança cidadã pressupõe a atuação integrada do Estado nos territórios, reconhecendo a multicausalidade da violência e a centralidade das políticas sociais na sua redução. De acordo com Waiselfisz (2015), a diminuição dos índices de violência está associada à ampliação do acesso a direitos, à presença contínua do Estado e ao fortalecimento das redes comunitárias.

Dessa forma, compreender o território como espaço vivido e politicamente produzido permite reconhecer que o desenvolvimento territorial não se reduz ao crescimento econômico, mas envolve a garantia de direitos, a ampliação das capacidades sociais e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Portanto, as políticas públicas territorializadas, ao integrarem diferentes setores e reconhecerem as especificidades locais, poderão configurar-se como instrumentos estratégicos para a promoção da segurança cidadã e para a construção de territórios mais justos, inclusivos e socialmente sustentáveis, sob a lógica dos direitos humanos.

2.2 O PROTAGONISMO E A PARTICIPAÇÃO A PARTIR DE DIFERENTES EXPRESSÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

A análise das políticas públicas territoriais, especialmente daquelas orientadas pela perspectiva da segurança cidadã e do desenvolvimento social, demanda a diferenciação conceitual entre participação, protagonismo e suas distintas formas de manifestação no território. Embora esses termos sejam frequentemente utilizados de maneira indistinta no discurso institucional, eles expressam níveis distintos de agência, poder decisório e capacidade de transformação social, sobretudo quando analisados à luz das desigualdades estruturais e das relações de gênero que atravessam os territórios.

A participação refere-se, de modo geral, ao envolvimento dos sujeitos em ações, programas ou espaços institucionais promovidos pelo Estado. Trata-se de um conceito associado à presença e à inserção em iniciativas previamente estruturadas, cujos objetivos e limites são definidos institucionalmente. Gohn (2011, p. 33) observa que a participação pode assumir diferentes formatos, desde mecanismos informativos e consultivos até instâncias deliberativas, mas nem sempre garante influência efetiva nos processos decisórios. Assim, a participação, por si só, não implica redistribuição de poder ou transformação das estruturas que produzem desigualdades.

Em contextos territoriais marcados por assimetrias sociais, econômicas e simbólicas, a participação tende a assumir caráter instrumental, funcionando como estratégia de legitimação das ações estatais. Conforme Farah (2004), a incorporação da participação nas políticas públicas nem sempre se traduz em democratização substantiva, podendo coexistir com práticas centralizadoras e excludentes. Nesses casos, a participação limita-se à execução ou à validação de decisões já tomadas, sem alterar os fundamentos da política pública.

O protagonismo, por sua vez, pressupõe um patamar mais elevado de agência social e política. Diferentemente da participação, o protagonismo implica atuação ativa, intencional e estratégica dos sujeitos na definição, condução e ressignificação das ações coletivas. O sujeito protagonista não apenas participa de uma política, mas interfere em seus rumos, mobiliza recursos, articula atores e produz sentidos para a ação pública no território. Trata-se, pois, de uma categoria que remete à capacidade de ação transformadora dos sujeitos no interior das políticas públicas e das dinâmicas territoriais.

No âmbito das políticas públicas territoriais, o protagonismo manifesta-se de forma diferenciada, sendo possível a distinção entre protagonismo institucionalizado e protagonismo comunitário. O protagonismo institucionalizado refere-se à atuação dos sujeitos no interior das estruturas formais do Estado, quando assumem funções técnicas, administrativas ou de gestão na implementação das políticas públicas. Esse protagonismo é reconhecido e regulamentado institucionalmente, operando dentro de marcos normativos e hierarquias organizacionais. Observa-se, nesse campo, uma expressiva presença feminina, especialmente em áreas relacionadas ao cuidado, à mediação social e à proteção social.

Contudo, como alerta Biroli (2018, p. 78), a ampliação da presença das mulheres nas políticas públicas não garante, automaticamente, a redistribuição do poder decisório, podendo reforçar a responsabilização feminina pela gestão das vulnerabilidades sociais. Assim, o protagonismo institucionalizado das mulheres pode coexistir com processos de sobrecarga, precarização e naturalização do trabalho de cuidado, especialmente nos territórios periféricos.

O protagonismo comunitário, por sua vez, emerge das práticas cotidianas, das redes de solidariedade e das formas de organização social construídas no interior dos territórios. Trata-se de um protagonismo ancorado no conhecimento situado e nas experiências vividas, frequentemente exercido por mulheres. Conforme Federici (2019, p. 42), “as mulheres têm sido historicamente responsáveis pela reprodução da vida”, desempenhando papel central na sustentação das comunidades, ainda que esse trabalho permaneça invisibilizado ou desvalorizado.

No contexto territorial, o protagonismo comunitário feminino manifesta-se na organização de redes de cuidado, na mediação de conflitos, na articulação entre Estado e comunidade e na produção de respostas coletivas às vulnerabilidades sociais. Esse protagonismo, embora fundamental para a efetividade das políticas públicas, tende a ser apropriado ou instrumentalizado pelo Estado, sem o devido reconhecimento político e sem a correspondente redistribuição de recursos e poder.

A distinção entre participação, protagonismo institucionalizado e protagonismo comunitário evidencia que o protagonismo feminino nas políticas públicas territoriais não é homogêneo nem isento de contradições. Conforme Scott (1995), o gênero constitui uma categoria útil de análise justamente por permitir compreender como relações de poder se estruturam e se reproduzem nas instituições e nos territórios. Desse modo, reconhecer o protagonismo das mulheres implica

problematizar tanto suas potencialidades transformadoras quanto os limites impostos pelas estruturas institucionais e pelas desigualdades de gênero.

Compreender as diferentes expressões do protagonismo nas políticas públicas territoriais constitui elemento central para uma análise crítica da atuação do Estado nos territórios. Tal distinção permite reconhecer o papel estratégico das mulheres na mediação, implementação e sustentação das políticas públicas, sem naturalizar sua sobrecarga ou reduzir sua atuação a um recurso funcional do Estado. Portanto, ao incorporar essa leitura, torna-se possível avançar na construção de políticas públicas territorializadas mais equitativas, sensíveis às relações de gênero e efetivamente comprometidas com a transformação das desigualdades sociais e territoriais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo adotou abordagem qualitativa por entender que a análise das políticas públicas territorializadas e da atuação das mulheres no âmbito do TerPaz exige a interpretação de processos institucionais, práticas sociais e dinâmicas territoriais que não podem ser apreendidos exclusivamente por indicadores quantitativos. Nessa perspectiva, buscou-se analisar como os documentos institucionais, os registros administrativos e a observação participante contribuíram para compreender a atuação das mulheres na implementação das ações desenvolvidas pelo programa.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de observação participante, de caráter descritivo e analítico. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em obras clássicas e contemporâneas sobre território, políticas públicas, desenvolvimento territorial, segurança cidadã e estudos de gênero, constituindo o referencial teórico que orientou a interpretação dos dados. A pesquisa documental concentrou-se na análise de documentos oficiais relacionados ao TerPaz, possibilitando examinar sua estrutura institucional, diretrizes, estratégias de implementação e informações referentes aos atendimentos realizados nas UsiPaz.

A observação participante constituiu estratégia complementar de produção de dados qualitativos. A autora participou do processo de concepção, estruturação e implementação inicial do TerPaz, atuando na coordenação das ações em sua fase de implantação. Essa experiência possibilitou o acompanhamento sistemático do planejamento intersetorial, da articulação entre os órgãos

envolvidos e das estratégias de mobilização comunitária desenvolvidas nos territórios atendidos. As observações produzidas durante esse processo contribuíram para contextualizar a interpretação dos documentos institucionais e dos registros administrativos, permitindo compreender aspectos da dinâmica de funcionamento do programa que não seriam plenamente apreendidos apenas por meio da análise documental.

O *corpus* documental foi composto por 11 (onze) documentos institucionais, produzidos entre 2019 e 2025, incluindo legislação estadual, documentos institucionais do programa e relatórios oficiais de gestão. Foram analisados a Lei Estadual nº 9.045, de 29 de abril de 2020, que instituiu a Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC); os documentos institucionais do Programa Territórios pela Paz (TerPaz); os Relatórios de Gestão da SEAC referentes aos anos de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025; e o Relatório de Gestão do Programa Territórios pela Paz elaborado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), referente ao ano de 2019.

Como critério de inclusão, foram considerados os documentos oficiais produzidos pelos órgãos responsáveis pela coordenação e execução do programa que apresentassem informações sobre sua implementação, organização institucional, perfil dos atendimentos, ações desenvolvidas e registros administrativos relacionados aos objetivos desta pesquisa. Foram excluídos documentos duplicados, versões preliminares, materiais sem validação institucional e documentos que não apresentavam informações pertinentes ao objeto investigado.

Os registros administrativos foram analisados de forma agregada, preservando-se a confidencialidade das informações individuais. Inicialmente, procedeu-se à conferência dos dados, à eliminação de registros duplicados, à padronização das informações disponíveis e à verificação da consistência dos registros. Informações incompletas foram mantidas quando não comprometiam a análise descritiva dos indicadores, sendo essa limitação considerada na interpretação dos resultados.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), desenvolvida em três etapas. A primeira correspondeu à pré-análise, compreendendo a organização do *corpus* documental e dos registros provenientes da observação participante, bem como a leitura exploratória dos materiais selecionados. Na segunda etapa, realizou-se a exploração do material, mediante codificação temática e agrupamento das informações

segundo categorias analíticas previamente definidas. Na terceira etapa, procedeu-se ao tratamento, à inferência e à interpretação dos resultados, articulando as evidências documentais, os registros administrativos, as observações realizadas e o referencial teórico adotado.

As categorias analíticas utilizadas compreenderam: (i) políticas públicas territorializadas; (ii) atuação e protagonismo feminino; (iii) desenvolvimento territorial; (iv) segurança cidadã; e (v) redes de proteção social. A codificação foi realizada manualmente, sem utilização de *software* específico, priorizando a identificação de padrões recorrentes nos documentos institucionais, nos registros administrativos e nas observações realizadas durante o processo de implementação do programa.

Os registros administrativos foram empregados com finalidade descritiva, mediante apresentação de frequências absolutas e relativas dos atendimentos realizados pelo programa. Entretanto, a interpretação dos resultados não se fundamentou exclusivamente na predominância numérica de mulheres entre os usuários das UsiPaz, mas na articulação entre os registros administrativos, os documentos institucionais, as evidências provenientes da observação participante e o referencial teórico sobre gênero, políticas públicas e desenvolvimento territorial.

Como procedimento de rigor metodológico, reconhece-se que a autora participou do processo de elaboração e implementação inicial do TerPaz. Essa condição, embora tenha proporcionado amplo conhecimento do contexto institucional, exigiu cuidados adicionais para minimizar possíveis vieses interpretativos. Assim, todas as análises foram fundamentadas prioritariamente em documentos oficiais, registros administrativos e literatura científica especializada, e a observação participante foi utilizada exclusivamente como fonte complementar de contextualização e interpretação dos achados. Essa estratégia buscou assegurar maior objetividade, transparência e confiabilidade aos resultados apresentados.

Como limitação, reconhece-se que a pesquisa não incorporou entrevistas, grupos focais ou outras técnicas de produção direta de dados com os usuários e os profissionais das UsiPaz. Assim, embora a observação participante e os documentos institucionais tenham possibilitado compreender aspectos relevantes da implementação do programa, futuras investigações poderão aprofundar a compreensão das experiências, percepções e estratégias desenvolvidas pelas mulheres nos territórios por meio de abordagens qualitativas de campo.

4 O PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ (TERPAZ): CONTEXTO DE CRIAÇÃO, OBJETIVOS, ESTRUTURA E EIXOS DE AÇÃO

O TerPaz insere-se no contexto da reconfiguração do debate sobre segurança pública no Brasil, marcada pela necessidade de superação de modelos historicamente centrados na repressão penal e na atuação policial isolada. A persistência de elevados índices de violência em territórios socialmente vulnerabilizados evidenciou os limites de políticas públicas fragmentadas e setoriais, reforçando a demanda por abordagens integradas, territorializadas e orientadas à promoção de direitos. Nesse cenário, o TerPaz configura-se como uma política pública territorial estruturante, orientada pelos princípios da segurança cidadã, da prevenção social da violência e do desenvolvimento territorial.

A concepção do programa parte do reconhecimento da violência como fenômeno multidimensional, diretamente associado às desigualdades estruturais, à precariedade histórica da infraestrutura social e à fragilidade das redes de proteção nos territórios periféricos. Tal compreensão aproxima-se da perspectiva de território como espaço vivido e politicamente produzido, conforme discutido por Raffestin (1993) e Santos (1999), ao reconhecer que as dinâmicas de violência e vulnerabilidade não se distribuem de forma homogênea, mas se concentram em espaços marcados por processos históricos de exclusão social e territorial.

A missão do TerPaz consiste em atuar diretamente nesses territórios, fortalecendo a presença qualificada do Estado por meio da oferta integrada de políticas públicas e da implantação de equipamentos sociais. Nesse sentido, o objetivo central do programa consiste na redução da violência e na melhoria das condições de vida da população, a partir da ampliação do acesso a direitos, da inclusão social e do fortalecimento dos vínculos comunitários. Trata-se de uma estratégia que desloca o eixo da segurança pública do controle repressivo para a promoção de capacidades sociais e institucionais nos territórios (Pará, 2019a).

A estratégia de intervenção do TerPaz fundamenta-se na prevenção social da violência, articulando ações nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e qualificação profissional. Ao promover oportunidades e reduzir vulnerabilidades estruturais, o programa busca enfrentar fatores sociais que incidem diretamente na reprodução da violência. Essa abordagem dialoga com experiências nacionais e internacionais de segurança cidadã, adaptadas à realidade local, em contraposição a modelos

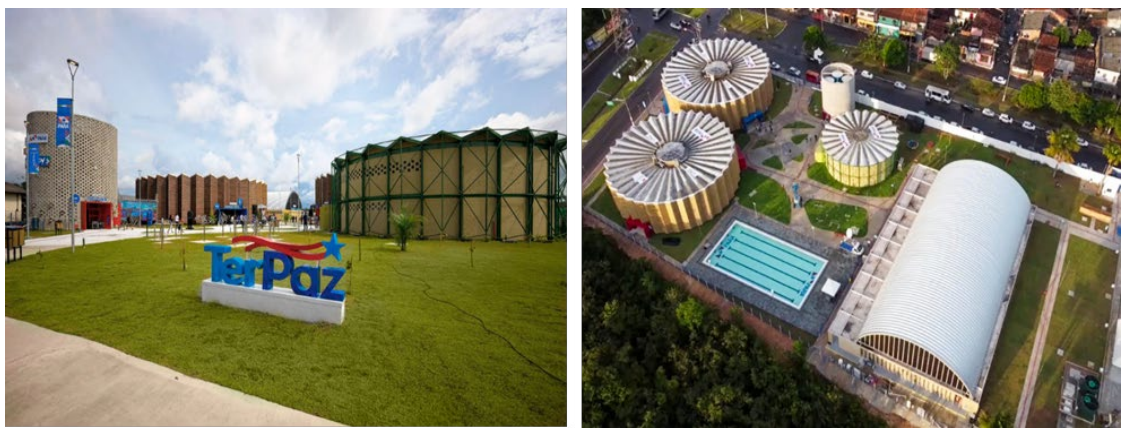
exclusivamente punitivos. A noção de "territórios de descoesão social" orienta a lógica de priorização espacial do programa, reconhecendo a concentração de vulnerabilidades e direcionando de forma mais equitativa os recursos estatais.

Instituído juridicamente pelo Decreto nº 141, de 10 de junho de 2019, o TerPaz estabelece, no Estado do Pará, a Política de Inclusão Social e Redução da Violência e estrutura-se a partir de princípios como a territorialização das ações, a intersetorialidade, a participação social e a centralidade dos direitos humanos, reafirmando o território como espaço estratégico de intervenção estatal.

Os territórios de atuação do TerPaz são definidos com base em indicadores de vulnerabilidade social e violência, priorizando áreas historicamente negligenciadas pelo poder público. Ao concentrar esforços nesses espaços, o programa busca reduzir desigualdades territoriais e reconfigurar as dinâmicas sociais e institucionais locais, fortalecendo a infraestrutura social e ampliando o acesso às políticas públicas.

A estrutura institucional do TerPaz organiza-se a partir de uma lógica intersetorial, envolvendo diferentes órgãos governamentais e políticas públicas. Essa articulação permite a convergência de ações e recursos, favorecendo respostas mais integradas às demandas territoriais. Nesse arranjo, as UsiPaz, ilustradas na Figura 1, configuram-se como equipamentos públicos estratégicos, materializando a presença contínua e articulada do Estado nos territórios. Ao concentrar serviços e atividades em um mesmo espaço, as UsiPaz fortalecem as redes de proteção social, ampliam o acesso a direitos e redefinem os usos e significados do território.

Figura 1 | Usinas da Paz Cabanagem (Belém) e do Icuí (Ananindeua)



Fonte: Agência Pará (2025).

Os eixos de ação do TerPaz contemplam iniciativas de prevenção, proteção social e promoção de direitos, partindo do entendimento de que a segurança cidadã depende da ampliação das oportunidades sociais e do fortalecimento das redes comunitárias. As ações preventivas, especialmente voltadas à juventude, articulam-se às ações de proteção social direcionadas a grupos em situação de maior vulnerabilidade, com destaque para mulheres, crianças e adolescentes. As ações de promoção de direitos reforçam o acesso a serviços públicos e estimulam a participação social, consolidando vínculos entre Estado e comunidade.

Dessa forma, o TerPaz configura-se como uma política pública territorializada que materializa, na prática, os pressupostos teóricos discutidos anteriormente, ao articular território, políticas públicas, segurança cidadã e desenvolvimento territorial, criando as condições institucionais para a atuação dos sujeitos sociais que sustentam e dão efetividade à política.

4.1 IMPACTOS DO PROTAGONISMO FEMININO NOS TERRITÓRIOS ATENDIDOS PELO TERPAZ

No contexto do TerPaz, o protagonismo feminino emerge como elemento central para a efetividade das ações territoriais, produzindo impactos significativos tanto na dinâmica social quanto na dimensão institucional dos territórios atendidos. A atuação das mulheres ultrapassa a condição de mera participação nas políticas públicas, configurando-se como prática ativa de mediação, articulação e sustentação das ações estatais no cotidiano territorial. Essa centralidade revela que o funcionamento das políticas públicas territorializadas está profundamente vinculado às formas de organização social e às redes de cuidado historicamente construídas pelas mulheres.

Um dos impactos mais relevantes do protagonismo feminino refere-se ao fortalecimento do capital social nos territórios, entendido como o conjunto de relações de confiança, cooperação e solidariedade que sustentam a coesão social e a ação coletiva. Ao mobilizarem recursos materiais e simbólicos, as mulheres ampliam a capacidade comunitária de enfrentamento das vulnerabilidades sociais, contribuindo para a construção de vínculos entre famílias, grupos sociais e instituições públicas. Esse processo é de fundamental relevância para o fortalecimento das redes comunitárias e cria condições mais favoráveis para a implementação de políticas públicas orientadas pela prevenção,

pela proteção social e pela promoção de direitos.

O protagonismo feminino também se expressa de forma decisiva na ampliação do acesso aos serviços públicos ofertados pelo TerPaz. A presença ativa das mulheres na mediação entre o Estado e a comunidade favorece a circulação de informações, a identificação de demandas historicamente reprimidas e o encaminhamento de indivíduos e famílias aos serviços disponibilizados nas UsiPaz. Essa atuação contribui significativamente para a redução de barreiras simbólicas, institucionais e territoriais de acesso às políticas públicas, especialmente para grupos em situação de maior vulnerabilidade, como mulheres em situação de violência, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Observa-se que a centralidade das mulheres no âmbito do TerPaz impacta diretamente os processos de prevenção das violências nos territórios, pois, ao organizarem redes de cuidado, acolhimento e proteção social, elas atuam de forma estratégica na identificação precoce de situações de risco e na construção de respostas coletivas e integradas às múltiplas expressões da violência. Essa atuação dialoga com a concepção de segurança cidadã que fundamenta o programa, ao deslocar o foco da repressão para a prevenção social, o fortalecimento comunitário e a garantia de direitos.

O protagonismo feminino também contribui expressivamente para a ressignificação dos usos e dos significados do território. A presença cotidiana das mulheres nas ações do TerPaz transforma os equipamentos públicos em espaços de convivência, pertencimento e produção de vínculos sociais, ampliando sua função para além da oferta de serviços. As UsiPaz passam a ser apropriadas como espaços de referência comunitária, nos quais se articulam práticas de cuidado, formação, lazer e mobilização social, redefinindo a relação entre Estado e território.

Cabe ressaltar que esse protagonismo não está isento de contradições. A centralidade das mulheres na mediação das políticas públicas territoriais revela, simultaneamente, sua capacidade de agência e a persistência de desigualdades de gênero que tendem a responsabilizá-las pela gestão das vulnerabilidades sociais. Assim, embora o protagonismo feminino potencialize os impactos do TerPaz, ele também evidencia a necessidade de que as políticas públicas territorializadas incorporem a perspectiva de gênero de maneira crítica, evitando a naturalização da sobrecarga feminina e promovendo a redistribuição de responsabilidades, recursos e poder decisório.

Observa-se, assim, que os impactos do protagonismo feminino no território não se limitam aos resultados imediatos das ações do TerPaz, mas incidem sobre a própria configuração das relações sociais, institucionais e territoriais. Portanto, ao sustentar, mediar e ressignificar as políticas públicas no cotidiano, as mulheres assumem papel estruturante na consolidação da segurança cidadã e na promoção de um modelo de desenvolvimento territorial mais inclusivo, equitativo e socialmente orientado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos registros administrativos do TerPaz, referentes ao período de 2022 a 2025, permitiu caracterizar o perfil dos usuários das UsiPaz quanto ao sexo e à faixa etária. Esses indicadores foram analisados em conjunto com os documentos institucionais produzidos pela SEAC e com as evidências provenientes da observação participante, possibilitando compreender não apenas o perfil da população atendida, mas também elementos que contribuem para interpretar a atuação das mulheres na implementação das políticas públicas territorializadas.

Os registros administrativos constituem importante instrumento para o monitoramento das ações desenvolvidas pelo programa, permitindo identificar padrões de utilização dos serviços e acompanhar a evolução do perfil dos usuários ao longo do processo de expansão das UsiPaz. Entretanto, conforme discutido na metodologia, tais registros possuem natureza predominantemente descritiva e, por essa razão, foram interpretados em articulação com os documentos institucionais, a observação participante e o referencial teórico adotado nesta pesquisa.

Embora o Programa Territórios pela Paz tenha sido lançado em 2019 e a primeira UsiPaz tenha sido inaugurada em 2021, o sistema informatizado de monitoramento, registro e consolidação dos dados administrativos passou a operar de forma estruturada somente a partir de 2022. Dessa forma, a série histórica analisada neste estudo inicia-se nesse ano, quando passaram a estar disponíveis informações sistematizadas, padronizadas e comparáveis sobre o perfil dos usuários e os atendimentos realizados nas UsiPaz. Assim, a delimitação temporal adotada não decorre do início das atividades do programa, mas da disponibilidade de uma base de dados estruturada, capaz de conferir maior consistência e confiabilidade às análises desenvolvidas.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos usuários das UsiPaz segundo o sexo, contemplando os números absolutos e as respectivas proporções para o período analisado.

Tabela 1 | Distribuição dos usuários das Usinas da Paz por sexo (2022–2025)

Sexo	2022 (n)	%	2023 (n)	%	2024 (n)	%	2025 (n)	%
Feminino	21.068	62,11	51.090	61,87	50.153	60,71	93.070	60,69
Masculino	12.854	37,89	31.488	38,13	32.451	39,29	60.292	39,31
Total	33.922	100,00	82.578	100,00	82.604	100,00	153.362	100,00

Fonte: Sistema SAP BO – Universo Usina da Paz (2025).

Conforme demonstrado na Tabela 1, os registros administrativos indicam que, entre os 33.922 usuários cadastrados em 2022, 21.068 eram mulheres (62,11%) e 12.854 eram homens (37,89%). Em 2023, dos 82.578 usuários registrados, 51.090 (61,87%) correspondiam ao público feminino, enquanto 31.488 (38,13%) eram do sexo masculino. Em 2024, foram contabilizados 82.604 usuários, sendo 50.153 mulheres (60,71%) e 32.451 homens (39,29%). Já em 2025, o número total de usuários alcançou 153.362 registros, dos quais 93.070 (60,69%) eram mulheres e 60.292 (39,31%) eram homens.

A estabilidade desses indicadores demonstra que as mulheres constituíram, de forma consistente, o principal público atendido pelas UsiPaz durante todo o período analisado, mantendo participação superior a 60% em todos os anos da série histórica. Esses resultados revelam que as ações desenvolvidas pelo TerPaz alcançam predominantemente mulheres residentes em territórios caracterizados por elevados níveis de vulnerabilidade social, reforçando a relevância desses equipamentos públicos para a ampliação do acesso às políticas sociais e aos serviços ofertados pelo Estado.

Entretanto, conforme discutido por Gohn (2011), participação e protagonismo representam categorias analíticas distintas. A predominância feminina identificada nos registros administrativos caracteriza o perfil dos usuários das UsiPaz, mas não permite concluir, isoladamente, que exista protagonismo feminino na implementação da política pública. Os registros administrativos evidenciam quem utiliza os serviços, enquanto a compreensão do protagonismo exige considerar as formas de atuação desenvolvidas pelas mulheres na dinâmica cotidiana dos territórios.

Essa interpretação dialoga com Farah (2004), segundo a qual a participação nas políticas públicas pode restringir-se ao acesso dos sujeitos aos serviços disponibilizados pelo Estado, sem necessariamente

implicar influência sobre sua implementação. No caso do TerPaz, entretanto, os documentos institucionais e a observação participante evidenciam que muitas mulheres desempenham funções de mobilização comunitária, organização de atividades coletivas, mediação entre famílias e serviços públicos e fortalecimento das redes locais de proteção social, indicando uma atuação que ultrapassa a condição de usuárias dos serviços.

Sob a perspectiva territorial, os resultados também dialogam com Raffestin (1993), que compreende o território como produto das relações estabelecidas entre os sujeitos sociais. Nesse sentido, as UsiPaz deixam de representar apenas equipamentos públicos destinados à prestação de serviços e passam a constituir espaços de convivência, interação social e fortalecimento das relações comunitárias. Essa compreensão é reforçada por Santos (1999), para quem o território usado corresponde ao espaço apropriado pelos sujeitos por meio de suas práticas cotidianas, conferindo significado às políticas públicas implementadas no âmbito local.

Complementarmente, Haesbaert (2004) destaca que os territórios são permanentemente produzidos e ressignificados pelas práticas sociais desenvolvidas pelos diferentes atores. Assim, a elevada participação feminina observada na Tabela 1 adquire maior significado quando articulada às evidências documentais e às observações realizadas durante a implementação do programa, que registram a atuação das mulheres na organização das atividades das UsiPaz, na mediação entre comunidade e Estado e na mobilização das redes locais de proteção social. Dessa forma, a análise integrada dos registros administrativos, dos documentos institucionais e da observação participante permite compreender que a predominância feminina constitui importante elemento para interpretar a dinâmica territorial do programa, embora não possa ser considerada, isoladamente, evidência de protagonismo feminino.

A predominância feminina identificada na Tabela 1 representa apenas uma das dimensões do perfil dos usuários das UsiPaz. Para compreender de forma mais ampla quem acessa os serviços ofertados pelo programa, torna-se necessário analisar também a distribuição etária da população atendida. Essa análise permite identificar os grupos que concentram maior utilização dos equipamentos públicos e compreender como as ações desenvolvidas pelo TerPaz alcançam diferentes ciclos da vida, evidenciando o caráter integrado e intersetorial da política pública. A Tabela 2 apresenta essa distribuição para o período de 2022 a 2025.

Tabela 2 | Distribuição dos usuários das Usinas da Paz por faixa etária (2022–2025)

Faixa etária	2022 (n)	%	2023 (n)	%	2024 (n)	%	2025 (n)	%
Até 14 anos	11.474	33,82	17.440	21,12	15.199	18,40	31.799	20,73
15 a 29 anos	10.505	30,97	20.941	25,36	20.992	25,41	37.697	24,58
30 a 59 anos	8.612	25,39	29.629	35,88	33.591	40,67	62.012	40,44
60 anos ou mais	3.331	9,82	14.568	17,64	12.822	15,52	21.854	14,25
Total	33.922	100,00	82.578	100,00	82.604	100,00	153.362	100,00

Fonte: Sistema SAP BO – Universo Usina da Paz (2025).

A distribuição etária dos usuários evidencia mudanças importantes ao longo da série histórica. Em 2022, dos 33.922 usuários registrados, 11.474 (33,82%) correspondiam à faixa etária de até 14 anos, seguida pelos usuários de 15 a 29 anos, com 10.505 registros (30,97%). A população entre 30 e 59 anos representava 8.612 usuários (25,39%), enquanto os indivíduos com 60 anos ou mais totalizavam 3.331 registros (9,82%).

A partir de 2023, observa-se alteração gradual nesse perfil. Entre os 82.578 usuários registrados, a faixa etária de 30 a 59 anos passou a representar 29.629 pessoas (35,88%), tornando-se o grupo predominante. Essa tendência manteve-se em 2024, quando 33.591 usuários (40,67%) pertenciam a essa faixa etária, e em 2025, com 62.012 registros (40,44%), consolidando a predominância da população adulta em idade economicamente ativa entre os usuários das UsiPaz.

Por outro lado, verifica-se redução proporcional da participação de crianças e adolescentes de até 14 anos, que passaram de 33,82% em 2022 para 20,73% em 2025. Embora continuem representando parcela expressiva dos usuários, essa diminuição relativa indica ampliação do acesso ao programa por outros segmentos populacionais, especialmente adultos vinculados às ações de qualificação profissional, cidadania, assistência social, cultura, esporte, lazer e geração de renda desenvolvidas pelas UsiPaz.

Sob a perspectiva das políticas públicas, esses resultados reforçam a compreensão de Souza (2006) de que políticas públicas territorializadas produzem impactos mais abrangentes quando articulam diferentes áreas governamentais e respondem às demandas específicas dos territórios. O aumento da participação de adultos em idade economicamente ativa sugere que o TerPaz vem ampliando sua capacidade de atender públicos diretamente relacionados às estratégias de inclusão produtiva, fortalecimento das capacidades locais e promoção do desenvolvimento territorial.

Essa dinâmica também dialoga com Corrêa (2003), que compreende a organização espacial como resultado das relações estabelecidas entre sociedade, território e políticas públicas. A diversificação do perfil etário dos usuários evidencia que as UsiPaz passaram a desempenhar funções que extrapolam o atendimento de demandas específicas de determinados grupos, consolidando-se como equipamentos públicos multifuncionais capazes de integrar diferentes políticas sociais em um mesmo território.

Na perspectiva de Santos (1999), o território corresponde ao espaço vivido e apropriado pelos sujeitos sociais em suas práticas cotidianas. A predominância crescente de adultos entre 30 e 59 anos sugere que as UsiPaz vêm sendo incorporadas ao cotidiano das comunidades como espaços permanentes de acesso a direitos, convivência comunitária, formação profissional e fortalecimento das redes sociais. Essa apropriação cotidiana dos equipamentos públicos reforça sua função como instrumento de promoção da cidadania e redução das desigualdades territoriais.

Ao mesmo tempo, a permanência de percentuais expressivos de crianças, adolescentes e idosos demonstra que o programa mantém seu caráter intergeracional, ofertando serviços voltados a diferentes ciclos da vida. Essa característica reforça o princípio da integralidade das políticas públicas territorializadas, permitindo que um mesmo equipamento concentre ações de educação, assistência social, cultura, esporte, lazer, qualificação profissional e cidadania.

Quando analisados em conjunto com os documentos institucionais e com as evidências oriundas da observação participante, esses resultados indicam que a ampliação da participação de adultos também está relacionada à expansão das ações voltadas à qualificação profissional, ao empreendedorismo, à horta comunitária, à economia solidária e ao fortalecimento das redes comunitárias promovidas pela SEAC nas UsiPaz. Entre essas iniciativas, destacam-se os coletivos de artesãs e a horta comunitária, constituídos a partir das atividades de formação e convivência desenvolvidas pelo programa. Esses grupos passaram a organizar coletivamente a produção e a comercialização de seus produtos em feiras e eventos institucionais, ampliando oportunidades de geração de renda e fortalecendo redes de cooperação entre mulheres dos territórios atendidos.

Essa experiência evidencia que a atuação das mulheres ultrapassa a condição de usuárias das políticas públicas, aproximando-se da perspectiva apresentada por Federici (2019), segundo a qual o trabalho de cuidado, de organização comunitária e de reprodução social constitui elemento central para a sustentação da vida coletiva. No contexto do TerPaz, muitas mulheres não apenas acessam os

serviços para atender às próprias demandas, mas também acompanham filhos, idosos e outros familiares, articulam o acesso da comunidade às políticas públicas e contribuem para a construção de redes locais de solidariedade e proteção social.

Entretanto, conforme argumenta Biroli (2018), a elevada participação feminina nas políticas públicas não implica, necessariamente, superação das desigualdades de gênero. Em muitos casos, ela revela a permanência da responsabilização das mulheres pelas atividades de cuidado, mediação comunitária e organização das redes sociais. Essa reflexão é complementada por Scott (1995), que compreende o gênero como categoria analítica que evidencia as relações de poder presentes nas instituições e nos processos sociais, permitindo interpretar criticamente os papéis desempenhados por homens e mulheres na implementação das políticas públicas.

Sob essa perspectiva, o protagonismo feminino identificado nesta pesquisa não decorre exclusivamente da predominância numérica das mulheres entre os usuários das UsiPaz, mas da articulação entre os registros administrativos, os documentos institucionais e a observação participante, que evidenciam sua atuação na mobilização comunitária, na mediação entre Estado e sociedade e na organização das redes locais de proteção social.

Essa interpretação aproxima-se da concepção de segurança cidadã discutida por Waiselfisz (2015), segundo a qual a prevenção das violências depende da integração entre políticas sociais, fortalecimento das redes comunitárias e ampliação do acesso aos direitos. Nesse sentido, as UsiPaz consolidam-se como espaços de integração de políticas públicas que favorecem o desenvolvimento territorial, fortalecem o capital social e ampliam as possibilidades de inclusão social nos territórios atendidos.

Em síntese, a análise conjunta das Tabelas 1 e 2 permite caracterizar o público atendido pelas UsiPaz como predominantemente feminino e composto majoritariamente por adultos em idade economicamente ativa. Entretanto, esses indicadores quantitativos descrevem apenas o perfil dos usuários e não constituem, isoladamente, evidência de protagonismo feminino. A compreensão desse protagonismo resulta da articulação entre os registros administrativos, os documentos institucionais, a observação participante e o referencial teórico adotado, permitindo identificar a contribuição das mulheres para a mobilização comunitária, a implementação das políticas públicas territorializadas, o fortalecimento das redes de proteção social e a promoção do desenvolvimento territorial e da segurança cidadã.

6 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo analisou a atuação das mulheres no âmbito do TerPaz, buscando compreender sua contribuição para a implementação das políticas públicas territorializadas, para o fortalecimento das redes de proteção social e para o desenvolvimento territorial em contextos marcados por vulnerabilidades sociais. A partir da articulação entre registros administrativos, documentos institucionais, observação participante e referencial teórico, foi possível examinar diferentes dimensões da participação feminina nas UsiPaz, respondendo ao objetivo proposto pela pesquisa.

Os resultados demonstraram que as mulheres constituem, de forma consistente, o principal público atendido pelo programa no período de 2022 a 2025. Entretanto, os registros administrativos, por si sós, permitem caracterizar apenas o perfil dos usuários, não sendo suficientes para demonstrar protagonismo feminino. A interpretação desse protagonismo decorre da análise integrada dos documentos institucionais, que registram a atuação recorrente das mulheres na mobilização comunitária, na mediação entre famílias e serviços públicos, na organização de atividades coletivas e no fortalecimento das redes locais de proteção social, em consonância com a literatura sobre território, gênero e políticas públicas.

Os achados também evidenciam que as UsiPaz vêm se consolidando como espaços de integração de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania, da proteção social e da segurança cidadã. Nesse contexto, a participação das mulheres mostra-se relevante para a dinamização desses equipamentos públicos, contribuindo para ampliar o acesso aos serviços ofertados, fortalecer iniciativas coletivas de qualificação profissional, incentivar ações de geração de renda e favorecer processos de inclusão social nos territórios atendidos.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que essa atuação ocorre em um contexto marcado por persistentes desigualdades de gênero. A concentração das atividades de cuidado, mediação comunitária e articulação das redes de proteção social nas mulheres revela desafios que extrapolam o escopo do programa e refletem processos históricos relacionados à divisão sexual do trabalho. Assim, reconhecer a importância da atuação feminina não significa naturalizar ou reforçar essas responsabilidades, mas compreender a necessidade de políticas públicas que promovam maior equidade na distribuição das responsabilidades sociais, familiares e comunitárias.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa foi desenvolvida a partir de registros administrativos, documentos institucionais e observação participante, fontes que permitem compreender aspectos relevantes da implementação do programa, mas que não captam diretamente as experiências, percepções e estratégias das mulheres envolvidas nas ações desenvolvidas pelas UsiPaz.

Do ponto de vista das políticas públicas, recomenda-se o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação do TerPaz, com o aprimoramento contínuo dos registros administrativos, a incorporação sistemática de indicadores de gênero, raça e território e o fortalecimento de ações voltadas ao letramento em gênero e raça para qualificação das informações produzidas. Recomenda-se, igualmente, a ampliação de iniciativas voltadas à autonomia econômica das mulheres, por meio do incentivo à qualificação profissional, ao empreendedorismo, à economia solidária e ao fortalecimento de coletivos produtivos constituídos no âmbito das UsiPaz, potencializando sua contribuição para o desenvolvimento territorial.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos qualitativos que incorporem entrevistas, grupos focais e observação de campo, permitindo aprofundar a compreensão sobre as experiências das mulheres, suas formas de participação comunitária, suas estratégias de mobilização social e os efeitos das políticas territorializadas na promoção da segurança cidadã e do desenvolvimento territorial. Estudos comparativos entre diferentes territórios e avaliações de impacto também poderão contribuir para o aperfeiçoamento do programa e para a produção de evidências sobre políticas públicas territorializadas.

Conclui-se que o Programa TerPaz constitui uma experiência relevante de política pública territorializada ao integrar diferentes serviços públicos em territórios socialmente vulneráveis. Os resultados desta pesquisa indicam que a expressiva participação feminina, associada às evidências documentais sobre sua atuação nas redes comunitárias, representa um elemento importante para compreender a dinâmica de implementação do programa e sua contribuição para o fortalecimento das redes de proteção social e do desenvolvimento territorial. Contudo, essa interpretação deve ser compreendida como resultado da articulação entre registros administrativos, documentos institucionais, observação participante e referencial teórico, e não exclusivamente dos indicadores quantitativos analisados, reforçando a importância de abordagens integradas para a avaliação de políticas públicas dessa natureza.

7 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 5. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

PARÁ. Decreto nº 141, de 10 de junho de 2019. Institui o Programa Territórios pela Paz (TerPaz). **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 2019.

PARÁ. Lei nº 9.045, de 29 de abril de 2020. Cria a Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC). **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 29 abr. 2020.

PARÁ. Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. **Programa Territórios pela Paz – TerPaz**. Belém: SEAC, 2019a.

PARÁ. Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. **Relatório de Gestão 2019**. Belém: SEAC, 2019b.

PARÁ. Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. **Relatório de Gestão 2020**. Belém: SEAC, 2020.

PARÁ. Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. **Relatório de Gestão 2021**. Belém: SEAC, 2021.

PARÁ. Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. **Relatório de Gestão 2022**. Belém: SEAC, 2022.

PARÁ. Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. **Relatório de Gestão 2023**. Belém: SEAC, 2023.

PARÁ. Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. **Relatório de Gestão 2024**. Belém: SEAC, 2024.

PARÁ. Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. **Relatório de Gestão 2025**. Belém: SEAC, 2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. **Programa Territórios pela Paz – TerPaz**: Relatório de Gestão 2019. Belém: SEGUP, 2019c.

PETERS, B. Guy. **American public policy**. Chatham: Chatham House Publishers, 1986.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



fapeti

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO





UNITAU

Universidade de Taubaté